

INFLUÊNCIA DO USO DOS ANTICONCEPCIONAIS HORMONAIS NA SAÚDE DA MULHER ADULTA

Clara Rangel Ribeiro¹, Giulia Rangel da Silva¹, Sarah dos Santos Aprígio¹, Carolina Magalhães dos Santos² & Roberta Lastorina Rios^{3}*

RESUMO

RIBEIRO, C. R., SILVA, G. R. da, APRÍGIO, S. dos S., SANTOS, C. M. dos & RIOS, R. L. Influência dos Anticoncepcionais Hormonais na Saúde da Mulher Adulta. **Perspectivas Online: Biológicas & Saúde**, v.16, n. 53, p.12- 29, 2026.

O uso de anticoncepcionais hormonais é destacado por seus benefícios e impactos na saúde feminina. Formulados com estrogênio e progestagênio, estão disponíveis em várias formas de administração, visando inibir a ovulação e alterar as condições uterinas, dificultando a fertilização. Embora sejam altamente eficazes, podem apresentar efeitos colaterais e riscos à saúde, como doenças cardiovasculares, trombose venosa profunda e câncer de mama, especialmente em casos de uso prolongado e associados a fatores de risco. A falta de orientação adequada e o uso sem supervisão podem aumentar esses riscos. Diante desse cenário, o trabalho tem como objetivo compreender, a partir da ótica feminina, a relação do consumo de anticoncepcionais hormonais e seus efeitos sobre a saúde na população atendida no município de Quissamã-RJ. O estudo exploratório-descritivo, de caráter qualitativo, foi realizado no PSF do Centro

e composto por mulheres usuárias de contraceptivos hormonais. As entrevistas foram gravadas, guiadas por formulário com perguntas abertas e analisadas conforme Bardin. Os resultados apontaram que 80% das participantes utilizam anticoncepcionais orais, com média de uso de 10,9 anos e desvio padrão de 9,1 anos, sendo a indicação médica predominante (66%). Os principais benefícios relatados foram a regulação do ciclo menstrual e a amenorreia; os malefícios mais citados incluíram ganho de peso, enxaqueca e redução da libido. Apenas 47% demonstraram autoconhecimento corporal e 40% relataram automedicação. Conclui-se que há fragilidades na orientação profissional, evidenciando a necessidade de estratégias educativas, diversificação dos métodos contraceptivos e acompanhamento multiprofissional para decisões contraceptivas mais seguras e conscientes.

Palavras-chave: Contraceptivos hormonais; fatores de risco; automedicação; atenção à Saúde.

¹Graduanda de Enfermagem do ISECENSA, Institutos Superiores de Ensino do CENSA, ISECENSA;

² Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Saúde Pública (LAESP/ISECENSA), Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA);

³Pesquisadora/Orientadora do Laboratório de Estudos em Saúde Pública (LAESP/ISECENSA), Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA), Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, CEP: 28035-310, Brasil.

(*) e-mail: robertarios@isecensa.edu.br

Data de recebimento: 14/06/2025

Aceito para publicação: 17/12/2025

Data de publicação: 31/07/2026

INFLUENCE OF THE USE OF HORMONAL CONTRACEPTIVES ON ADULT WOMEN'S HEALTH

Clara Rangel Ribeiro¹, Giulia Rangel da Silva¹, Sarah dos Santos Aprício¹, Carolina Magalhães dos Santos² & Roberta Lastorina Rios^{3}*

ABSTRACT

RIBEIRO, C. R., SILVA, G. R. da, APRÍGIO, S. dos S., SANTOS, C. M. dos & RIOS, R. L. Influence of Hormonal Contraceptives on Adult Women's Health. **Online Perspectives: Biology & Health**, v. 16, n. 53, p.12- 29, 2026.

The use of hormonal contraceptives is highlighted for its benefits and impacts on women's health. Formulated with estrogen and progestogen, they are available in various forms of administration, aiming to inhibit ovulation and alter uterine conditions, making fertilization more difficult. Although highly effective, they may cause side effects and health risks such as cardiovascular diseases, deep vein thrombosis, and breast cancer, especially with prolonged use and in the presence of risk factors. The lack of proper guidance and unsupervised use can increase these risks. In this context, the study aims to understand, from a female perspective, the relationship between the use of hormonal contraceptives and their effects on health in the population served in the municipality of Quissamã-RJ. This exploratory-descriptive qualitative study was conducted at the Family Health Program (PSF) in the city

center and involved women who use hormonal contraceptives. The interviews were recorded and guided by a form with open-ended questions, and the content was analyzed according to Bardin. The results showed that 80% of participants use oral contraceptives, with an average usage of 10.9 years, with a standard deviation of 9,1 years, with medical prescription being the main reason for use (66%). The main benefits reported were menstrual cycle regulation and amenorrhea, while the most cited adverse effects included weight gain, migraines, and decreased libido. Only 47% demonstrated body self-awareness, and 40% reported self-medication. It is concluded that there are weaknesses in professional guidance, highlighting the need for educational strategies, method diversification, and multidisciplinary follow-up for safer and more informed contraceptive decisions.

Keywords: Hormonal contraceptives; risk factors; self-medication; health care.

¹Undergraduate nursing student at ISECENSA, Higher Education Institutes of CENSA, ISECENSA;

² Researcher, Public Health Studies Laboratory (LAESP/ISECENSA), ISECENSA, Higher Education Institutes of CENSA, ISECENSA;

³ Researcher/Supervisor, Public Health Studies Laboratory (LAESP/ISECENSA), ISECENSA, Higher Education Institutes of CENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, 28035-310, Brazil.

(*) e-mail: robertarios@isecensa.edu.br

Received: 14/06/2025

Accepted: 17/12/2026

Published online: 31/07/2026

1. INTRODUÇÃO

Os anticoncepcionais hormonais são medicamentos utilizados por mulheres que buscam postergar ou prevenir uma gravidez, além de apresentar benefícios terapêuticos adicionais. Reconhecidos como alternativas reversíveis, possuem altos índices de eficácia, o que potencializa o seu consumo (Oliveira *et al.*, 2020).

Este fármaco é formulado através da combinação de estrogênio e progestagênio ou pode ser encontrado de forma isolada exclusivamente de progestagênio. Existem diversas formulações disponíveis, com diferentes concentrações hormonais e podem ser administradas de várias maneiras, como por via oral, intramuscular, implantes subdérmicos, transdérmica, vaginal e associada a sistemas intrauterinos. Sua ação visa inibir a ovulação e modificar as condições uterinas e das trompas de Falópio, dificultando assim a fertilização (Ribeiro *et al.*, 2018).

Em âmbito global, o receio de efeitos adversos e preocupações com a saúde são as principais razões para a não aceitação ou abandono de métodos contraceptivos. Todavia, a disponibilidade de dados sobre essa questão específica no Brasil é limitada (Pannain *et al.*, 2022).

Segundo Couto *et al.*, (2020), os métodos contraceptivos podem desencadear uma variedade de efeitos adversos, abrangendo desde alterações no sistema imunológico, metabólico, nutricional, psiquiátrico, vascular, ocular, gastrointestinal e hepático até complicações cutâneas, renais, urinárias e auditivas. Além disso, podem influenciar nos distúrbios do sistema nervoso central (SNC) e no sistema reprodutor.

Essas abordagens podem implicar em possíveis riscos à saúde feminina, elevando as chances de complicações como doenças cardiovasculares (DCV), trombose venosa profunda (TVP) e câncer de mama, especialmente quando combinadas com fatores de risco de longo prazo. Dessa forma, a correta prescrição desses tratamentos é essencial para mitigar possíveis efeitos adversos sérios na saúde das mulheres (Oliveira *et al.*, 2020).

Contudo, é fundamental que o profissional de saúde esteja ciente da história clínica pregressa da paciente, compreenda seus objetivos com o uso da medicação e forneça informações abrangentes sobre a contracepção hormonal antes de prescrevê-la, além de realizar, se necessário, exames prévios para minimizar eventos adversos e complicações (Vieira *et al.*, 2023).

No entanto, devido a facilidade de obtenção de alguns dos métodos contraceptivos por não possuírem prescrição médica para a compra, muitas mulheres optam por usá-los por conta própria, sem buscar uma avaliação médica ou de enfermagem, o que pode resultar em potenciais efeitos adversos no futuro. Diante desse cenário, tornou-se decisivo investigar aspectos ligados à utilização desses métodos (Oliveira *et al.*, 2020).

É possível reduzir a incidência de efeitos colaterais associados ao uso de anticoncepcionais, através da seleção de métodos contraceptivos adequados às necessidades de saúde de cada mulher, isso porque não só favorece a adesão ao tratamento, como também

contribui para o planejamento familiar, evitando gravidezes não planejadas e diminuindo tais efeitos (Couto *et al.*, 2020).

Diante disso, torna-se imprescindível examinar os eventos relacionados à contracepção juntamente com os mecanismos de ação, visando enriquecer o conhecimento sobre esses efeitos para a saúde das mulheres, tanto jovens e adultas, a fim de que relatem a percepção das mudanças que ocorrem em seus corpos e assim identificarmos como os anticoncepcionais hormonais influenciam na saúde da mulher (Oliveira *et al.*, 2022).

Desta forma, os objetivos deste trabalho foram compreender, a partir da ótica feminina, a relação de consumo dos anticoncepcionais hormonais e seus efeitos sobre a saúde na população atendida no município de Quissamã-RJ, identificar o conhecimento das mulheres em Quissamã-RJ, sobre os benefícios e malefícios do uso de anticoncepcionais hormonais, discutir sobre a importância do autoconhecimento corporal ao avaliar o conhecimento sobre o corpo e a contracepção, e evidenciar a percepção das mulheres sobre os riscos da automedicação com anticoncepcionais hormonais.

2. METODOLOGIA

O presente estudo teve como proposta metodológica desenvolver uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, visando, por meio dessas abordagens, contribuir para uma investigação mais abrangente.

O local escolhido para o estudo foi o Posto de Saúde da Família (PSF) do Centro, localizado na Rua Barão de Monte Cedro - Centro, em Quissamã-RJ, pois é o local de preferência ao atendimento à saúde da mulher e possui amplo acesso a assistência de enfermagem ginecológica, contando com consultas de rotina para a realização de exames como coleta de papanicolau, educação em saúde e planejamento familiar.

A amostra foi por conveniência, considerando como critério de inclusão mulheres que fazem o uso do método de contraceptivo hormonal residentes no município de Quissamã- RJ. E como critério de exclusão: mulheres trans.

A coleta de dados foi realizada a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do ISECENSA (CAAE: 82363424.0.0000.5524) por um período de dois meses, semanalmente, através de entrevista guiada por roteiro, contendo a caracterização do sujeito e perguntas abertas. As entrevistas foram gravadas e teve duração de, no máximo, 30 minutos, com preservação da identidade dos sujeitos de pesquisa a partir de codinomes, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atentando os aspectos éticos da pesquisa que envolve seres humanos (Resolução 466/12 - CNS).

A técnica de pesquisa conhecida como análise de conteúdo, defendida por Bardin (2011) é organizada em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material com categorização e codificação; 3) interpretação e tratamento dos resultados.

A primeira etapa da análise de conteúdo é conhecida como fase de organização, na qual são empregados diversos procedimentos como: a leitura flutuante, formulação de hipóteses, definição de objetivos e criação de indicadores para embasar a interpretação. Na segunda etapa, os dados são codificados a partir das unidades de registro. Por fim, na última etapa, é feita a categorização que envolve a classificação dos elementos com base em suas semelhanças e por

diferenciação, seguida de reagrupamento conforme as características comuns. Portanto, tanto a codificação, quanto a categorização são componentes essenciais da análise de conteúdo (Bardin, 2004).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra da pesquisa foi composta por 15 mulheres adultas, com média de idade de 35,07 anos, variando entre 21 e 58 anos. Quanto ao estado civil, a maioria das participantes era casada (46,67%). Em relação ao nível de escolaridade, 46,67% possuíam o ensino médio completo ou incompleto, enquanto 20% apresentavam nível superior completo. As profissões das participantes foram variadas, com destaque para as funções administrativas (20%) e profissionais da área da saúde (20%) (Quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos de acordo com os dados sociodemográficos, 2025.

Mulher	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão
Mulher 1	51	Casada	Ensino médio incompleto	Assistente administrativo
Mulher 2	46	Casada	Ensino médio completo	Técnica de enfermagem
Mulher 3	58	Separada	Ensino superior completo	Funcionário público
Mulher 4	21	Solteira	Ensino médio completo	Auxiliar administrativo
Mulher 5	23	Solteira	Ensino médio completo	Auxiliar de serviços gerais
Mulher 6	38	Casada	Ensino médio completo	Técnica de enfermagem e enfermeira
Mulher 7	47	Casada	Superior	Professora e comunicadora
Mulher 8	47	Casada	Ensino fundamental incompleto	Do lar
Mulher 9	27	Casada	Ensino fundamental incompleto	Do lar
Mulher 10	24	Solteira	Superior	Personal
Mulher 11	24	Viúva	Ensino médio completo	Estudante
Mulher 12	28	Solteira	Ensino médio completo	Autônoma
Mulher 13	24	Solteira	Ensino médio completo	Administração
Mulher 14	34	Solteira	Segundo ano	Serviços gerais
Mulher 15	34	Casada	Ensino médio completo	Manicure

Fonte: Autoria própria (2025).

Após a caracterização das participantes, os dados foram analisados segundo a metodologia proposta por Bardin, sendo estruturadas quatro categorias temáticas: Experiência com os anticoncepcionais hormonais; Percepção de benefícios e malefícios; Conhecimento corporal e autocuidado e Riscos da automedicação.

Categoria 1 - Experiência com os anticoncepcionais hormonais

O tempo médio de uso da contracepção hormonal foi de 10,9 anos, com desvio padrão de 9,1 anos (Tabela 2). Para Marques, Martins e Deuner (2024) e Oliveira *et al.* (2020) destacam que a exposição cumulativa aos hormônios estrogênicos e progestagênicos presentes nos anticoncepcionais pode promover alterações no sistema vascular, aumentando o risco de trombose venosa profunda, acidente vascular encefálico e eventos cardiovasculares em usuárias de longa duração, especialmente em mulheres que já possuem histórico familiar e para Morch *et al.* (2017) apontam que o risco de câncer de mama aumenta em 20% no público com uso por tempo superior a 5 anos (Tabela 1).

Tabela 1 - Histórico de uso dos anticoncepcionais hormonais pela população do sexo feminino do município de Quissamã/RJ, ano 2025.

Tempo de Uso (anos)	N. de Mulheres	Frequência(%)	Tempo Médio (anos)
< 5	7	46,67%	2,5
Entre 10 a 19	4	26,67%	14,5
> 20	4	26,67%	22
Total	15	100%	10,9 (média)

Fonte: Autoria própria (2025).

Esse cenário reforça a necessidade de acompanhamento profissional e a importância de revisões periódicas das escolhas contraceptivas, considerando as necessidades individuais, mudanças no estado de saúde e preferências das mulheres ao longo do tempo (Brasil, 2004)

No presente estudo, observou-se que a maior adesão das entrevistadas foi aos anticoncepcionais orais (80%), enquanto 20% utilizam os anticoncepcionais injetáveis, dentre as falas que ilustram essa predominância, destacam se:

“Femiane, comprimido” (Mulher 2).

“Atualmente eu uso pílula, ciclo 21” (Mulher 5).

“O mensal, mesigyna ” (Mulher 9).

“Eu uso injeção” (Mulher 14).

Esse achado está em consonância com Cardoso *et al.* (2019), quando informam que no Brasil o método contraceptivo hormonal mais utilizado e conhecido pelas mulheres se trata dos anticoncepcionais orais. A predominância desses métodos destaca a limitada diversificação nas escolhas contraceptivas e reforça a necessidade de maior divulgação sobre alternativas como o DIU hormonal, implantes subdérmicos e métodos não hormonais (Araújo *et al.*, 2023).

Embora o predomínio dos anticoncepcionais orais tenha sido observado entre as participantes, a oferta de métodos contraceptivos no município de Quissamã-RJ é mais ampla, estando alinhada às políticas públicas de saúde voltadas à saúde reprodutiva da mulher, especialmente no que tange ao planejamento familiar. De acordo com os dados extraídos do Mapa de Controle de Estoque - Saúde da Mulher (SMS - Trimestral) (SES-RJ, 2024), o município disponibiliza contraceptivos orais e injetáveis, com diferentes composições hormonais, ampliando as possibilidades de escolha das usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa ampliação da oferta de métodos também foi fortalecida por atualizações recentes na legislação. Destaca-se que a incorporação dos anticoncepcionais injetáveis mensais de uso alternativo foi normatizada pela Portaria SCTIE/MS nº 40, de 26 de abril de 2022, a qual autoriza a disponibilização dos compostos acetato de medroxiprogesterona + cipionato de estradiol e algestona acetofenida + enantato de estradiol no SUS, com prazo de até 180 dias para sua implementação nos municípios.

As discussões a respeito da educação em saúde sexual e reprodutiva abre caminhos para que as mulheres possam entender de forma ampla quais são os aspectos que estruturam o uso de quaisquer métodos contraceptivos e fomentam a possibilidade de tomar decisões dentro do contexto de planejamento familiar. Compreendendo a dinâmica de funcionamento dos anticoncepcionais, é possível aumentar as chances de uso de maneira eficaz, e esse entendimento deve ser estimulado por parte dos profissionais de saúde (Seidu *et al.*, 2022).

Na pesquisa ficou evidente que 66% das mulheres receberam a indicação do método hormonal por orientação do médico ginecologista, seguido de 27% referidos às consultas ginecológicas guiadas pela enfermeira e 7% citaram que as indicações ocorreram por meio de familiares. Se faz necessário levantar a importância da atuação dos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e farmacêuticos) no momento de prescrição e venda dos medicamentos, pois alterações no organismo oriundas da utilização do anticoncepcional ou fatores pré-existent desconhecidos pela paciente que possam ser potencializados pela medicação, devem ser levados em consideração na escolha do método (Jurema; Jurema, 2021).

Destaca-se que muitas mulheres acabam iniciando ou dando continuidade à conduta medicamentosa sem conhecimento e instruções técnicas para o uso, o que pode se tornar perigoso a longo prazo, aumentando as chances de efeitos colaterais ou complicações associadas ao quadro já instalado no organismo. A seleção de um método contraceptivo apropriado deve ser conduzida com a orientação de um profissional de saúde, levando em consideração as particularidades de cada indivíduo e os potenciais riscos e benefícios. É essencial que haja um processo educativo contínuo, abordando as diversas opções existentes e suas repercussões, a fim de permitir uma escolha fundamentada e consciente (Santos; Lima, 2024).

Nesse cenário, a intervenção do enfermeiro é essencial, pois de acordo com a Resolução Cofen nº 690/2022, o enfermeiro possui competência legal para atuar no planejamento familiar e reprodutivo, podendo realizar consultas, prescrever e administrar métodos contraceptivos, inclusive os hormonais. A normativa reforça a importância da atuação do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva, garantindo o acesso a métodos seguros e eficazes, principalmente para populações em situação de vulnerabilidade. Além disso, a resolução destaca que a prática deve ser realizada conforme protocolos e diretrizes estabelecidas, assegurando qualidade e segurança no atendimento. No contexto da saúde da mulher, essa regulamentação é relevante, pois amplia o acesso aos anticoncepcionais hormonais e promove maior autonomia sobre o próprio corpo, impactando positivamente na qualidade de vida das mulheres.

A consulta ginecológica realizada por enfermeiros deve ser entendida como um ambiente de diálogo seguro e de confiança entre os profissionais de enfermagem e as pacientes dos serviços de saúde. A escuta atenta e especializada deve possibilitar a compreensão não apenas do que as mulheres comunicam, mas também de como se expressam, visando compreender suas dificuldades e necessidades (Meneghel *et al.*, 2021).

O território brasileiro, no que tange ao âmbito do planejamento familiar, é regido pela lei nº 9263/96 que institui a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da população. São enfatizados aspectos como o acesso à informação e serviços de saúde que possibilitam o planejamento familiar; o acesso equitativo a variados métodos contraceptivos de acordo com as demandas individuais e com foco nas populações vulneráveis; educação em saúde sexual e reprodutiva; participação social para formular, implementar e monitorar as ações de planejamento familiar; integração interdisciplinar das ações de planejamento familiar; e, abordagem das desigualdades de gênero que afetam o acesso ao uso desses serviços (Brasil, 1996).

Categoria 2 - Percepção de benefícios e malefícios

O uso das medicações contraceptivas hormonais pode trazer efeitos colaterais para a mulher, no que se refere à continuidade da utilização das mesmas. De acordo com o Ministério da Saúde, os principais efeitos a serem observados pelas mulheres usuárias de pílulas anticoncepcionais são alterações de humor, cefaleia, ganho de peso, tontura, nervosismo, alterações no ciclo menstrual, entre outros (Brasil, 2013).

Como resultados observados na pesquisa, a frequência dos benefícios citados pelas mulheres circula no fato de a regulação menstrual, a amenorreia e proteção da gravidez, além de relatarem não ter apresentado benefícios com os medicamentos (Tabela 2). Ao serem questionadas sobre os benefícios, dispuseram das seguintes afirmações:

Tabela 2 - Benefícios de uso dos anticoncepcionais relatados no município de Quissamã/RJ, ano 2025.

Benefícios	N	Falas
Não apresentou benefícios	10	<i>“Nenhum” (Mulher 8)</i>
Regulação menstrual	3	<i>“A regularização, principalmente da menstruação” (Mulher 5).</i>
Prevenção a gestação	2	<i>“A proteção contra a gravidez, né!” (Mulher 6).</i>
Amenorreia	1	<i>“Pra mim, foi bom porque eu não menstruava” (Mulher 11).</i>

Fonte: Autoria própria (2025)

Tais benefícios encontram respaldo consistente na literatura científica, a qual evidencia que os contraceptivos hormonais podem ser recomendados como estratégia terapêutica no manejo de disfunções hormonais, bem como a diminuição dos riscos associados a diversas condições ginecológicas (Oliveira; Oliveira, 2022).

Entretanto, no que se refere aos malefícios, houveram relatos associados à obesidade, perda de libido, enxaqueca, irritabilidade, cansaço e fadiga, além de algumas mulheres não apresentarem nenhum malefício com o uso dos anticoncepcionais. A maior frequência identificada foi referente à obesidade/sobrepeso, seguida por outros aspectos descritos por algumas das entrevistadas na tabela 3.

Tabela 3 - Malefícios de uso dos anticoncepcionais relatados no município de Quissamã/RJ, ano 2025.

Malefícios	N	Falas
Não apresentou malefícios	7	<i>“Não, ocorreu tudo bem.” (Mulher 1)</i>

Obesidade/Sobrepeso	4	“Horível, engordei horrores.” (Mulher 7).
Perda de libido	3	“Perda de libido, irritação... é, engordei.” (Mulher 10)
Enxaqueca	2	“Sim, dores de cabeça, cansaço, fadiga, bastante enxaqueca e diminuição da libido.” (Mulher 5).
Irritabilidade	1	“O único benefício foi que a menstruação vinha corretamente, mas malefícios teve um monte, tanto é que eu parei.” (Mulher 10)
Cansaço e fadiga	1	“[...] eu senti retenção e libido também foi um fator importante e no geral acho que foi alguns desses detalhes que me fizeram querer parar e tentar outra coisa.” (Mulher 4).

Fonte: Autoria própria (2025)

Segundo uma pesquisa realizada por Silva *et al.* (2022), foi evidenciado que a descontinuidade do uso de contraceptivos hormonais está associada aos efeitos adversos experimentados pelas usuárias do método. O estudo demonstra que os fatores que motivaram a interrupção do método destacam-se alterações na libido, variações de peso, cefaleia e instabilidade emocional, os quais contribuem com a insatisfação do tratamento contraceptivo.

A utilização contínua de contraceptivos hormonais pode contribuir também para o surgimento de disfunções no metabolismo, impactos no estado emocional e comprometimentos no sistema cardiovascular (Oliveira *et al.*, 2020).

Sinaliza-se que há uma crença de que a mulher com uma vida sexual ativa não sofre interferências quanto ao uso dos medicamentos hormonais. Contudo, o manejo das percepções do organismo feminino enquanto perpassa pelo climatério pode ser afetado, de modo que aspectos como riscos associados ao câncer de mama, eventos tromboembólicos e doenças cardiovasculares podem passar despercebidos (Dias *et al.*, 2021), quanto a isso, uma das entrevistadas abordou:

“[...] parei agora, recentemente, [...] para eu ver se estava mesmo no período da menopausa” (Mulher 1).

A função sexual e o climatério demandam uma atenção precoce e acolhedora às mulheres, especialmente nos estágios iniciais desse processo, como estratégia fundamental para a redução dos sintomas associados. Nesse sentido, a Atenção Primária à Saúde (APS) exerce um papel central, uma vez que constitui a porta de entrada preferencial ao sistema de saúde, sendo responsável por proporcionar acolhimento humanizado, escuta qualificada, e promover ações educativas e de promoção da saúde. Tais ações visam garantir a integralidade do cuidado, orientando e apoiando as mulheres na manutenção da qualidade de vida durante essa fase (Brasil, 2016).

Portanto, é essencial que haja um acompanhamento contínuo por parte de profissionais de saúde, com foco na detecção precoce das alterações, na prevenção de complicações e na adoção de estratégias terapêuticas adequadas. No contexto da APS, o enfermeiro destaca-se como um profissional de referência, por sua proximidade com a comunidade e sua atuação direta no atendimento às mulheres climatéricas. Compete a esse profissional realizar um acompanhamento detalhado, capaz de identificar demandas específicas e esclarecer dúvidas. Quando necessário, o enfermeiro também deve encaminhar a paciente ao ginecologista para realização de exames preventivos e avaliação quanto à indicação da Terapia de Reposição Hormonal (TRH) (Andrade *et al.*, 2022).

Categoria 3 - Conhecimento corporal e autocuidado

A análise evidenciou a diferença do autoconhecimento corporal entre as participantes. Das entrevistadas, 47% demonstraram um entendimento funcional do próprio ciclo, destacando sua regularidade, ausência de sintomas e controle por meio de observação pessoal e acompanhamento clínico. Exemplificando esse grupo:

“Você tem que saber que não pode ficar de 3 a 4 anos tomando um contraceptivo que você sabe que vai ter reações no seu corpo, você tem que desintoxicar. Então eu sempre tive essa ciência e sempre me favoreceu (Mulher 1).”

Esse reconhecimento evidencia um processo de autocuidado desenvolvido ao longo do tempo, alinhado ao conceito de autonomia em saúde. Estudos como o de Costa et al. (2023) apontam que o fortalecimento do autoconhecimento possibilita que a mulher participe ativamente da gestão de sua saúde reprodutiva, o que contribui para melhores desfechos clínicos

A afirmação exemplifica o entendimento de que o corpo precisa de pausas e cuidados mesmo em práticas rotineiras. Esse autoconhecimento é coerente com estudos que destacam a importância da escuta corporal para o manejo adequado dos métodos contraceptivos (Clara; Borges, 2021).

O papel do enfermeiro e da equipe de saúde torna-se, então, fundamental para apoiar esse processo. A educação em saúde, conduzida por enfermeiros(as), é uma estratégia central na construção do autoconhecimento. Como destaca Monçalves et al. (2023), a prática educativa no contexto da atenção primária deve promover o empoderamento das mulheres, estimulando reflexões sobre seu ciclo reprodutivo e os impactos hormonais no organismo.

Em relação entre os efeitos adversos, Vilela et al. (2020), evidenciam uma associação entre uso prolongado de anticoncepcionais hormonais e o surgimento de enxaquecas, conforme relata a Mulher 6.

“[...] quando eu comecei a fazer o uso por mais de 10 anos, eu comecei a ter uma enxaqueca crônica e estava vinculada ao uso do anticoncepcional. Quando eu parei me livre de enxaqueca [...]” (Mulher 6)

Dessa forma, observa-se que o reconhecimento dos sintomas e sua associação ao uso hormonal possibilitaram uma decisão mais segura e autônoma sobre a interrupção do método. Segundo Jurema et al. (2021), o uso prolongado de anticoncepcionais pode desencadear efeitos sistêmicos que, quando não identificados, podem comprometer a qualidade de vida. Couto et al. (2020) destaca que mulheres bem-informadas sobre os efeitos colaterais dos contraceptivos conseguem reconhecer precocemente os sintomas e buscar alternativas mais seguras.

No entanto, 53% das mulheres demonstraram pouco conhecimento sobre seu corpo, o que pode comprometer a adesão e o uso seguro dos métodos. Nessa mesma lógica, a resposta a seguir revela ausência de vínculo com os processos reprodutivos, o que reforça a importância da atuação proativa dos profissionais de saúde na promoção da percepção corporal, mesmo quando o ciclo está suspenso por métodos hormonais.

“Não tenho ciclo menstrual, então!” (Mulher 11).

O atendimento humanizado, sobretudo na enfermagem, é defendido por Vieira *et al.* (2023) como ferramenta essencial para que as mulheres se sintam acolhidas e instruídas a respeito do funcionamento do próprio corpo, sendo esse cuidado parte das diretrizes da Atenção Primária à Saúde. Durante os relatos houve a verbalização de confusão e desinformação pela condição de ciclo irregular e uso medicamentoso com impacto direto na sua saúde:

“É muito irregular, tá até atrasado. Antes a injeção era de 3 em 3 meses, então ela já é a que prende a menstruação, já era normal. Mas só que ela começou a me dar hemorragia, aí a ginecologista pegou e botou esse de todo mês, aí a menstruação tá vindo normal. Mas desde setembro que tá ‘coisa’, mas grávida eu não tô não porque eu já fiz mais de não sei quantos testes.”
(Mulher 9)

A falta ou a dificuldade de acompanhamento adequado associado ao uso contínuo sem compreensão dos efeitos evidenciam um risco importante: o uso reativo, ou seja, a mulher só busca ajuda quando o corpo já manifesta sintomas graves. Esse cenário se repete em diversos estudos, segundo Couto *et al.* (2020), a automedicação e o uso contínuo sem orientação médica estão entre os principais fatores de risco associados ao uso de contraceptivos hormonais. O uso de anticoncepcionais injetáveis, por exemplo, pode alterar significativamente o ciclo menstrual e exigir acompanhamento mais frequente (Finotti, 2015). De forma que, destaca-se a importância da orientação ginecológica:

“Eu faço tabelinha, mas eu aprendi um pouco quando a ginecologista me explicou.” (Mulher 10).

Esse dado confirma que a escuta ativa e o diálogo entre profissionais e pacientes são fundamentais para fortalecer a compreensão sobre o corpo. Conforme destaca Leal, Rodrigues e Dalcin (2019), o conhecimento técnico precisa ser transmitido em linguagem acessível e personalizada, de modo a favorecer decisões reprodutivas seguras.

Além disso, o enfermeiro é um dos primeiros profissionais a ter contato com as pacientes nas Unidades de Saúde, desempenhando papel essencial na escuta, orientação e acompanhamento contínuo. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher enfatiza que a equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) deve assegurar acompanhamento longitudinal e suporte à escolha consciente dos métodos contraceptivos (Brasil, 2004).

Categoria 4 - Riscos da Automedicação

Dos relatos analisados, 40% das mulheres afirmaram já ter iniciado ou alterado o uso de anticoncepcionais hormonais por conta própria, sem orientação médica. As demais mulheres (60%), disseram utilizar anticoncepcionais sempre com prescrição e acompanhamento profissional. As motivações principais reveladas se deram por falta de adaptação, acessibilidade fácil do medicamento e pela percepção de autonomia sobre o próprio corpo, como revela a fala da Mulher 5 quanto a sua interrupção por conta própria:

“Já, porque eu acabei não me adaptando ao longo do tempo, e aí eu preferi trocar, não me adaptei novamente, voltei pra pílula e agora eu pretendo trocar pelo Implanon.” (Mulher 5)

Essa fala evidencia a tentativa de autogerenciamento da saúde reprodutiva sem a mediação de um profissional, o que pode gerar consequências à saúde física e emocional da

usuária. Além disso, a contracepção de emergência também conhecida como “pílula do dia seguinte” foi utilizada repetidamente por algumas entrevistadas como método de contracepção, de maneira desregulada e também na tentativa de manipular o ciclo menstrual, sofreu consequências adversas:

“Várias vezes, tomava pílula do dia seguinte porque não me sentia preparada pra ser mãe, achava que tava muito cedo, fazia minha faculdade.” (Mulher 7)

“Esse aí que eu tomei né, foi por conta própria porque eu quis que a menstruação prendesse, só que ela não prendeu, ela ficou muito, veio muito e eu fiquei assim meio desorientada, tipo assim fiquei um pouco dopada e não me fez bem não.” (Mulher 8)

Esses relatos revelam um padrão preocupante de uso indevido de anticoncepcionais. O uso da pílula do dia seguinte de maneira contínua e indiscriminada representa uma sobrecarga significativa, embora seja uma estratégia eficaz para prevenir gestações indesejadas em situações emergenciais, não deve ser adotado como método contraceptivo habitual. A literatura aponta que o uso recorrente desse recurso pode ocasionar alterações no ciclo menstrual, além de expor a mulher a desregulações hormonais importantes. Esses efeitos adversos, somados à falsa sensação de proteção contínua, evidenciam a necessidade de maior orientação sobre métodos contraceptivos de uso regular, mais seguros e adequados para o planejamento reprodutivo (Souza *et al.*, 2023).

Estudos como o de Guedes *et al.* (2022), confirmam que o uso indiscriminado de contraceptivos hormonais pode levar a efeitos colaterais graves, especialmente quando há duplicação de doses ou interrupções sem critério clínico. Segundo esse autor, é comum que mulheres, especialmente jovens, auto gerenciem seus métodos contraceptivos, muitas vezes orientadas apenas por experiências alheias, redes sociais ou farmacêuticos. Portanto, apesar de a automedicação aparecer como um ato de autonomia, ela frequentemente reflete um vácuo assistencial, onde o acesso à informação correta e acompanhamento profissional são insuficientes para a realidade das entrevistadas.

A facilidade de acesso aos anticoncepcionais hormonais foi reconhecida como um dos principais fatores que favorecem a automedicação entre as mulheres entrevistadas. Dos relatos, 87% das mulheres evidenciaram preocupações relacionadas ao uso sem orientação médica, enquanto 13% consideraram positivo o fácil acesso, mas sem problematizar os riscos envolvidos. A fala da Mulher 1 sintetiza a problemática da automedicação:

"Hoje em dia tudo é muito fácil, né? Você consegue com facilidade comprar ali na farmácia, você me indica, ela me indica, uma colega ou outra vai e indica e eu vou lá e compro. Mas só que não funciona assim. Cada organismo é diferente do outro, e pra isso a gente tem que procurar uma enfermeira ou o certo, a ginecologista." (Mulher 1)

Esse depoimento revela uma percepção crítica sobre a prática comum de adquirir contraceptivos sem prescrição, baseada apenas na indicação de terceiros. Tal comportamento ignora as especificidades biológicas individuais, podendo trazer sérios riscos à saúde. Segundo Aguiar *et al.* (2022), os anticoncepcionais hormonais, embora eficazes para o controle da natalidade, podem acarretar efeitos adversos importantes como "alterações no ciclo menstrual, cefaleia, aumento do risco de trombose e alterações metabólicas", principalmente quando utilizados sem acompanhamento adequado. A desinformação e o uso incorreto também aparecem fortemente nas falas:

"Tem gente que diz que engravida tomando anticoncepcional, mas assim, sei lá, eu não sei, se é o anticoncepcional correto, se não é. Tem gente que não dá certo com comprimido, aí vai com injetável, acho que causa mais efeitos colaterais, né?" (Mulher 2)

Essa fala indica confusão e insegurança em relação aos tipos de métodos hormonais disponíveis, o que pode levar ao abandono precoce do método ou ao uso inadequado. Conforme Silveira *et al.* (2022), a falta de orientação profissional adequada sobre contracepção favorece o uso incorreto e aumenta a incidência de efeitos adversos, reduzindo a efetividade dos métodos. Outro ponto crítico levantado foi a relação entre condições socioeconômicas e a escolha do anticoncepcional:

"O governo disponibiliza os anticoncepcionais, mas acredito que seja mais prejudicial, porque já tem outros métodos com menos malefícios. Se a pessoa não tem condição de comprar uma pílula mais cara, ela vai acabar pegando da farmácia sem orientação médica." (Mulher 4)

A questão financeira influencia diretamente o tipo de método contraceptivo utilizado, reforçando desigualdades no acesso à saúde. Araújo *et al.* (2023) destacam que a limitação do mix contraceptivo no SUS, associado à escassez de métodos de última geração, impacta negativamente a saúde das mulheres mais vulneráveis economicamente. A qualidade dos métodos contraceptivos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) foi destacada pela Mulher 10, que expressa:

"Independente de qual seja, você já vai ter uma carga negativa. E pelo fato do SUS ter anticoncepcionais piores, a gente acaba tendo mais efeitos colaterais." (Mulher 10)

Este depoimento reflete um ponto crítico evidenciado em diversos estudos que apontam que a qualidade dos métodos oferecidos no SUS pode impactar diretamente a experiência das usuárias, influenciando tanto os efeitos adversos quanto a adesão ao método. Em um estudo realizado por Farias *et al.* (2017), foi observado que a insatisfação com os efeitos adversos dos anticoncepcionais, como alterações hormonais e ganho de peso, está entre os fatores que influenciam negativamente a continuidade do uso, especialmente quando as opções disponíveis não atendem às expectativas de eficácia e conforto. A pesquisa sugere que a limitação de recursos para aquisição de anticoncepcionais de qualidade, associada à falta de alternativas no sistema público, contribui para uma escolha subótima de métodos, o que resulta em maior insatisfação e interrupção do uso. O impacto da banalização do acesso também foi observado:

"Deveria ter mais propaganda, isso ser conversado na sala de aula, porque muita gente tem vergonha ou ignorância para buscar um contraceptivo de forma correta." (Mulher 7)

Essa fala aponta para a necessidade de ações educativas amplas, que promovem conhecimento sobre os riscos da automedicação. Fontenele *et al.* (2023) reforçam que o déficit de educação sexual aumenta o uso inadequado de contraceptivos, principalmente entre adolescentes e jovens adultos. Por outro lado, algumas entrevistadas ainda percebem positivamente a facilidade de compra:

"Eu acho bom, porque é um método mais fácil pra gente comprar do que ficar dependente de receita, essas coisas assim." (Mulher 13)

Entretanto, essa visão não considera os riscos reais associados ao uso indiscriminado. Como ressaltado por Silveira *et al.* (2022), "*o acesso irrestrito, sem orientação farmacêutica e médica, transforma um avanço em um risco à saúde pública*". A questão da segurança no uso de anticoncepcionais, principalmente com relação à automedicação, foi amplamente discutida pelas participantes. Mulher 12, por exemplo, comentou sobre a necessidade de maior vigilância:

"Tinha que ter mais cuidado, né? A vigilância, a questão de ser vendido com receita, pra evitar que menores tomem sem saber o perigo que é." (Mulher 12)

A automedicação, especialmente entre adolescentes, tem sido apontada como uma prática preocupante, já que o uso indevido de anticoncepcionais hormonais sem orientação médica pode acarretar sérios riscos à saúde. De acordo com Carrias *et al.* (2019), o uso de anticoncepcionais sem a devida supervisão pode aumentar significativamente os riscos de efeitos adversos, como trombose e desregulação hormonal. A pesquisa reforça que a prescrição médica é essencial não apenas para garantir a eficácia dos métodos, mas também para minimizar os riscos de complicações.

4. CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu compreender como as mulheres adultas percebem, utilizam e enfrentam os efeitos do uso de anticoncepcionais hormonais. As participantes demonstram através de seus relatos que, embora muitas mulheres tenham acesso facilitado aos métodos contraceptivos, ainda há lacunas significativas quanto à orientação profissional, ao conhecimento sobre os efeitos adversos e ao acompanhamento contínuo, onde são fatores essenciais para garantir uma escolha segura e consciente.

As entrevistadas relataram benefícios como regulação do ciclo menstrual e prevenção da gravidez, mas também expuseram efeitos adversos importantes, como ganho de peso, enxaquecas e alterações de humor, indicando a necessidade de acompanhamento contínuo por profissionais de saúde.

Ficou evidenciado que o autoconhecimento corporal influencia diretamente na forma como essas mulheres lidam com os métodos contraceptivos, sendo que muitas demonstram desconhecimento sobre o funcionamento do próprio ciclo. Ademais, o fácil acesso aos anticoncepcionais, sem exigência da prescrição, favorece o uso inadequado, especialmente em populações com menor acesso à informação e à assistência em saúde qualificada.

Destaca-se a importância do papel dos profissionais de saúde, em especial o enfermeiro, como agente facilitador no processo de escolha consciente e uso seguro dos anticoncepcionais. O fortalecimento do autoconhecimento, a escuta qualificada e a orientação contínua surgem como estratégias fundamentais para a promoção da saúde sexual e reprodutiva da mulher.

Diante disso, recomenda-se a implementação de estratégias educativas mais amplas e acessíveis, tanto nos serviços de saúde quanto nos espaços escolares e comunitários, com vistas a promover o empoderamento feminino e o uso racional dos métodos contraceptivos. A atuação das equipes de saúde deve priorizar um atendimento humanizado, que compreenda a singularidade de cada mulher, seus contextos sociais e históricos de saúde. Além disso, torna-se necessário ampliar o acesso a métodos contraceptivos variados e de qualidade no município

pelo âmbito do SUS, aliado a políticas públicas já existentes que fortaleçam o cuidado individualizado e humanizado como o PAISM e a Política Nacional do Planejamento Familiar, que é essencial para garantir escolhas reprodutivas mais seguras, conscientes e alinhadas à realidade de cada mulher.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Julia Nunes et al. Como os anticoncepcionais hormonais oferecem risco à saúde da mulher. *Revista Educação em Saúde*, v. 10, p. 154–159, 2022.

ANDRADE, Ângela Roberta Lessa et al. Conhecimento do enfermeiro da Atenção Primária à Saúde sobre sexualidade no climatério. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e10011326244-e10011326244, 2022.

ARAÚJO, Fernanda Gontijo; ABREU, Mery Nataly Silva; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Mix contraceptivo e fatores associados ao tipo de método usado pelas mulheres brasileiras: estudo transversal de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00229322, 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 jan. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. *Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

_____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde sexual e saúde reprodutiva*. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 300 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Portaria SCTIE/MS nº 40, de 26 de abril de 2022. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 abr. 2022.

CARRIAS, Daniela Teresa et al. Efeitos adversos associados a uso de contraceptivos orais em discentes. *Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica*, v. 17, n. 3, p. 142–146, 2019.

CARDOSO, L. C. dos S. et al. A utilização de contraceptivos hormonais por adolescentes e potenciais riscos para a saúde. *Clinical and Biomedical Research*, v. 39, n. 1, 2019.

CLARA, D. S. da; BORGES, A. L. V. Como as mulheres jovens vivenciam o uso do método contraceptivo sintotérmico (método de percepção da fertilidade que usa a temperatura corporal

basal associada à análise do muco cervical)?. Boletim do Instituto de Saúde - BIS, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 116–124, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). Resolução Cofen nº 690, de 4 de fevereiro de 2022. Normatiza a atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 159, n. 29, p. 139, 10 fev. 2022.

COSTA, Milena Silva et al. Literacia para a saúde de mulheres em idade reprodutiva. Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde, v. 8, n. 14, p. 147–158, 2023.

COUTO, Pablo Luiz Santos et al. Evidências dos efeitos adversos no uso de anticoncepcionais hormonais orais em mulheres: uma revisão integrativa. Enfermagem em Foco, v. 11, n. 4, 2020.

DIAS, Pedro Antonio Rodrigues et al. Terapia hormonal no climatério como fator de risco para o desenvolvimento de câncer de mama e seus impactos na qualidade de vida. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 4, p. e7015-e7015, 2021.

FARIAS, A. G. D. S. et al. Satisfaction of combined and exclusive injectable contraceptive users of progestogen and associated factors. Rev Rene, v. 18, n. 3, p. 345, 2017.

FINOTTI, Marta. Manual de Anticoncepção. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, FEBRASGO, 2015.

FONTENELE, A. J. de O. et al. O consumo de anticoncepcionais hormonais por adolescentes e os possíveis riscos à saúde: Uma revisão integrativa. Research, Society and Development, v. 12, n. 10, 2023.

GUEDES, Isabelle et al. Influência dos anticoncepcionais orais hormonais na saúde da mulher. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 25, n. 1, p. 153-165, 2022.

JUREMA, Kamila Kamila Cardoso; JUREMA, Halline Cardoso. Efeitos Colaterais a longo prazo associados ao uso de Anticoncepcionais Hormonais Oraais. Revista Cereus, v. 13, n. 2, p. 124–135, 2021.

LEAL, A. V.; RODRIGUES, C. R.; DALCIN, M. F. Atenção Farmacêutica no Uso de Contraceptivos de Emergência: uma breve revisão. Brazilian Journal of Surgery & Clinical Research, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 159–163, 2019.

MARQUES, L. M.; MARTINS, A. M. S.; DEUNER, M. C. Anticoncepcionais Associados ao Risco de Trombose . Revista JRG de Estudos Acadêmicos , Brasil, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151642, 2024.

MENEGHEL, Stela Nazareth; ANDRADE, Daniela Negraes Pinheiro; HESLER, Lilian Zielke. Conversas invisíveis: assuntos falados, mas não ouvidos em consultas ginecológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 275-284, 2021.

MONÇALVES, Kelvin Leandro Marques et al. Escolha da contracepção hormonal por mulheres assistidas na atenção primária: fatores limitantes e medo. Ciênc. cuid. saúde, p. e65836–e65836, 2023.

MORCH, L. S. et al. Contemporary hormonal contraception and the risk of breast cancer. *The New England journal of medicine*, v. 377, n. 23, p. 2228–2239, 2017.

OLIVEIRA, Isabelly Gomes de et al. Identificação de fatores de risco à saúde entre mulheres usuárias de métodos contraceptivos hormonais. *Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)*, p. 786-792, 2020.

OLIVEIRA, M. L.; OLIVEIRA, F. de S. Usos não contraceptivos dos fármacos anticoncepcionais hormonais: uma revisão. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 274–282, 2022.

PANNAIN, Gabriel Duque et al. Epidemiological survey on the perception of adverse effects in women using contraceptive methods in Brazil. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 44, p. 25-31, 2022.

PEREIRA, Adriana Soares et al. *Metodologia da pesquisa científica*. 2018.

RIBEIRO, Cristiane Crisp Martins et al. Effects of different hormonal contraceptives in women's blood pressure values. *Revista brasileira de enfermagem*, v. 71, p. 1453-1459, 2018.

SANTOS, Luana Vitória Silva dos; LIMA, Cristiane Gomes. INFLUÊNCIA DOS CONTRACEPTIVOS HORMONAIS NA SAÚDE DA MULHER: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 333–346, 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Superintendência de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Mapa de Controle de Estoque – Saúde da Mulher – Quissamã (SMS – Trimestral). Quissamã, 2024. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/medicamentos/medicamentos-basicos/modelos-de-planilhas-de-prestacao-de-contas>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SEIDU, Abdul-Aziz et al. Sexual and reproductive health education and its association with ever use of contraception: a cross-sectional study among women in urban slums, Accra. **Reproductive Health**, v. 19, n. 1, p. 7, 2022.

SILVA, Daniela Diniz Martins da; ANJOS, Elisa Costa Versiani dos; DINIZ, Mucio Barata. Efeitos adversos e a descontinuação do uso de anticoncepcionais orais. *Revista Interdisciplinar Ciências Médicas*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 22–27, 2022.

SILVEIRA, E. F. DA; SANTOS, R.-L. S.; MORAIS, Y. DE J. O uso incorreto do anticoncepcional de emergência (AE), e a contribuição da orientação farmacêutica. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 14, p. e394111436070, 2022.

SOUZA, J. C. M. et al. POTENCIAIS RISCOS DO USO EXCESSIVO DA PÍLULA DO DIA SEGUINTE: REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista Foco*, v. 16, n. 11, p. e3637, 20 nov. 2023.

VIEIRA, Renan Cezar. Implicações para saúde da mulher relacionadas ao uso inadequado de contraceptivos hormonais. *Anais da Semana Universitária e Encontro de Iniciação Científica* (ISSN: 2316-8226), v. 1, n. 1, 2023.

VILELA, Arthur et al. Migrânea e anticoncepcionais: riscos e autoconhecimento. **Headache Medicine**, v. 11, n. Supplement, p. 62-62, 2020.